



SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Ofício n.º 110/2022-SACE

Brasília, 31 de agosto de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Manifestação pela rejeição sumária e devolução da Medida Provisória n.º 1.135, de 2022.**

Senhor Presidente,

Considerando o disposto no inciso XI do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, que atribui ao Presidente a prerrogativa de impugnar as proposições contrárias à Constituição, às leis ou ao Regimento Interno, a Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte se manifesta pela rejeição sumária e devolução da Medida Provisória n.º 1.135, de 2022, que "altera a Lei Complementar n.º 195, de 8 de julho de 2022, a Lei n.º 14.399, de 8 de julho de 2022, e a Lei n.º 14.148, de 3 de maio de 2021, para dispor sobre o apoio financeiro ao setor cultural e ao setor de eventos."

Trata-se de projetos apresentados em abril e maio de 2021, cada qual em Casa Legislativa diversa, os quais, após quase um ano de discussão, foram definitivamente aprovados pelo Congresso Nacional. Portanto, a discussão legislativa foi profunda, profícua e madura.

Batizadas informalmente de Lei Paulo Gustavo (n. 195/2022) e de Lei Aldir Blanc 2 (n. 14.399/2022), em seguida, foram integralmente vetadas pelo Presidente da República. Entretanto, em julho deste ano os vetos foram integralmente derrubados pelo Congresso Nacional.

No caso da Lei Aldir Blanc 2, 414 deputados votaram pela rejeição do veto, contra 39 pela manutenção. Entre os senadores, foram 69 votos a zero contra o veto. Com relação à Lei Paulo Gustavo, o placar foi de 66 votos pela derrubada (e nenhum voto pela





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

manutenção) entre os senadores, e de 356 votos pela derrubada contra 36 pela manutenção entre os deputados. É de se salientar que a própria liderança do governo orientou pela rejeição dos vetos. Nota-se, então, que o quórum de derrubada dos vetos foi substancialmente maior do que o exigido constitucionalmente, demonstrando a força da intenção legislativa. Por fim, as leis foram promulgadas conjuntamente no dia 8 de julho de 2022.

Contudo, para a surpresa dos parlamentares, a Medida Provisória n. 1.135/2022, publicada no *Diário Oficial da União* desta segunda-feira (29), permite ao governo federal adiar os repasses aos setores da cultura e de eventos previstos nas três leis criadas por conta da pandemia da covid-19: as leis Paulo Gustavo, Aldir Blanc 2 e do Perse (Lei 14.148, de 2021).

O tratamento do tema por meio de medida provisória, em detrimento do devido processo legislativo, impõe a vontade unilateral do Presidente da República ao povo brasileiro, à revelia do que já foi devidamente deliberado pelo Congresso Nacional.

As medidas provisórias consistem, por definição diretamente constitucional, em instrumento de uso excepcional, não apenas pela necessária presença dos pressupostos de urgência e relevância, mas também pela impositiva observância do princípio fundamental da separação dos poderes e da consequente proeminência atribuída ao Poder Legislativo na produção legislativa do País, conforme os arts. 2º, 44, 48 e 62, todos da Constituição Federal.

Por outro lado, há a prática institucional de se atribuir, ao Presidente do Congresso Nacional, o exame das condições de constitucionalidade, de procedibilidade ou de tramitação de medidas provisórias em situações que revelem um exercício abusivo da competência presidencial, capaz de atingir o núcleo do arranjo institucional formulado pela Constituição Federal.

Nesta linha, considerando que a mera tramitação da Medida Provisória nº 1.135, de 2022, pode constituir fator de abalo ao desempenho do mister constitucional do Congresso Nacional, há que se verificar a conveniência de exercer a prerrogativa de Vossa Excelência, como presidente do Congresso Nacional, nos termos dos já citados art. 48, XI, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 62, § 5º, da Constituição Federal, qual seja a rejeição sumária e a devolução da medida provisória.





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Atenciosamente,

Senador MARCELO CASTRO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

